



CONTAS ■ RELATÓRIO DO TC ANALISA 13 ENTIDADES

134 milhões em estudos e pareceres

■ Tribunal de Contas critica falta de transparência e rigor na contratação de consultorias para o Estado

■ RAQUEL OLIVEIRA

O Estado gastou em estudos e pareceres cerca de 122 mil euros por dia entre 2004 e 2006, ou seja, 134 milhões de euros. As notícias sobre estas contratações e os elevados montantes envolvidos levaram o Tribunal de Contas a investigar uma parcela destas despesas, no valor de 30,7 milhões de euros.

As conclusões sobre a actuação das 13 entidades públicas analisadas, que encomendaram 1353 estudos, são claras: os serviços foram contratados sem uma avaliação custo/benefício, muitas vezes foram impostos pelas tuteladas, entregues ao sector privado por ajuste directo, e mais de 40

por cento não foram aplicados.

A prática está de tal forma instalada que os próprios organismos de consultoria do Estado contratam fora. O que leva o TC a recomendar ao Governo que avalie se vale a pena manter os 96 serviços existentes e se estes poderão "recorrer, sem demonstrar a respectiva necessidade, a serviços de consultoria, cujo montante ascendeu a 43 milhões de euros".

O sector privado foi o mais requisitado para serviços de consultoria, tendo apresentado facturas de 17,7 milhões de euros. OTC refere que não foi avaliada a necessidade de os realizar, como sublinha o facto de 41,4 por cento dos trabalhos encomendados não terem tido qualquer aplicabilidade prática. ■

FRASES

“Particularmente preocupantes os casos em que o ajuste directo resultou de indicação das tuteladas governamentais

“Parte substancial (contratações) foi feita sem definição prévia e rigorosa do que se pretendia



Oliveira Martins divulga relatório que arrasa contratações do Governo



Rui Pena e Sérgio Correia

2,3 milhões para advogados

Dois escritórios de advogados, Sérgio Correia & Associados e Rui Pena, Arnault & Associados, realizaram 16 trabalhos para as entidades da Administração Pública analisadas mais pormenorizadamente pelo Tribunal de Contas, entre 2004 e 2006, tendo cobrado cerca de 2,3 milhões de euros. Também a Accenture se destaca, com serviços de consultoria no valor de 1,2 milhões de euros. ■

OS CONTRATANTES

N.º	Desig.	Classificação	Valor pago
1	INAG	Instituto da Água	17.226.112 €
2	INE	Instituto Nacional de Estatística	10.672.562 €
3	SGPCM	Secretaria-geral da Pres. do Cons. de Ministros	6.143.892 €
4	IPAD	Inst. Port. de Apoio ao Desenvolvimento	3.227.992 €
5	UMIC	Unidade de Missão para Inf. e Conhecimento	2.921.905 €
6	INA	Instituto Nacional de Administração	2.667.192 €
7	GMDN	Gabinete do Ministro da Defesa Nacional	2.343.629 €
8	LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil	2.035.386 €
9	DGGE	Direcção-Geral de Energia e Geologia	1.875.446 €
10	DGOTDU	Dir.-Geral Ordenamento do Território e Des. Urbano	1.572.737 €
11	DGS	Direcção-Geral da Saúde	1.569.543 €
12	SGMFAP	Sec.-Geral do Ministério das Finanças e Adm. Pública	1.137.420 €
13	DGT	Direcção-Geral do Tesouro	1.122.350 €
14	GMAOTDR	Gabinete do Ministro do Ambiente	1.007.959 €
TOTAL com a UMIC			55.520.525 €
TOTAL sem a UMIC			52.602.220 €

Fonte: SIGO; Tratamento: equipa de auditoria do TC

OS CONTRATADOS

Designação	Entidade Adjudicatária		Nº trabalhos (04/06)	Valor Contratualiza. (euros)	%
	Público	Privado			
Laboratório Nacional de Engenharia Civil	x		35	3.463.789€	11,57%
F.C.T. Universidade Nova de Lisboa	x		17	2.277.815€	7,61%
Sérvulo Correia & Associados		x	9	1.632.997€	5,45%
Accenture, Consultores de Gestão S.A.		x	14	1.220.256€	4,08%
(em branco)			87	1.066.766€	3,56%
Instituto do Mar	x		6	868.180€	2,90%
Rui Pena, Arnault & Associados, S. Advogados		x	8	701.845€	2,34%
Quatro - Sistemas de Informação S.A.		x	9	690.810€	2,31%
Faculdade de Engenharia da Univer. do Porto	x		8	557.167€	1,86%
Consórcio Quaternaire SA/Oficina de Arq/ Urb Construção e Imagens Visuais, Lda		x	1	423.500€	1,41%
The Boston Consulting Group		x	2	352.600€	1,18%
Universidade de Évora	x		5	339.033€	1,13%
McKinsey International, Inc.		x	3	337.400€	1,13%
Multicert - Serviços de Certificação		x	10	330.547€	1,10%
Iwaytrade		x	5	317.900€	1,06%
Unisys (Portugal) - Sistemas de Informação, S.A.		x	5	316.734€	1,06%
Instituto Superior Técnico	x		7	311.782€	1,04%
SUBTOTAL	10	6	230	15.135.151 €	50,55%
Restantes	55	601	1122	14.808.635 €	49,45%
TOTAL	65	607	1352	29.943.786 €	100,00%

Fonte: Inquérito-formulário TC; Tratamento equipa auditoria do TC

UMIC | NÃO RESPONDEU

A Unidade de Missão para a Informação e o Conhecimento foi a única entidade inquirida pelo TC que não respondeu em tempo útil, mesmo após ter pedido prolongamento do prazo



LNEC | SERVIÇOS DE 3,4 MILHÕES

O LNEC foi a entidade pública mais requisitada pelas 13 entidades do Estado analisadas pelo TC – tendo prestado serviços de consultoria no valor de 3,4 milhões de euros

TC | 1,1 MILHÃO “EM BRANCO”

O TC não conseguiu uma identificação de quem tinha prestado serviços no valor de 1.1 milhão de euros porque as entidades públicas questionadas responderam ‘em branco’

Limites nas despesas

■ O Ministério das Finanças garantiu ontem que o Governo tem “vindo a interferir, propondo poupanças e tectos de despesas”, na contratação de serviços externos de consultoria, e sublinha mesmo a redução destas despesas. Questionado pelo CM, o ministério refere ainda que deu indicações para uma prévia análise do custo/benefício e do posterior acompanhamento. O certo é que o relatório do Tribunal de Contas alude aos gastos do Ministério do Ambiente, que entre 2004 e 2006 atingiram

37 milhões de euros, o que faz dele o mais gastador, logo seguido pelos serviços da Presidência do Conselho de Ministros.

O TC faz referência aos cortes efectuados pelos ministérios da Defesa e das Obras públicas, que apresentaram reduções de, respectivamente, 71% e 43%. Em contraponto, o Ministério da Saúde apresentou um comportamento inverso, passando de 290 800 euros em 2004 para 2,3 milhões de euros em 2006, representando um crescimento de 700 por cento. ■



Teixeira dos Santos impôs tectos

DISCURSO DIRECTO

DOMINGUES DE AZEVEDO
Presidente dos CTOC

“Indicia falta de rigor do Estado”

Correio da Manhã – O que pensa de o Estado ter gasto 122 mil euros por dia em estudos e pareceres?

D.A. – A verba até pode não ser extraordinária se tivermos em conta a relação custo/benefício. Sem essa avaliação, o Estado anda a gastar à grande e à francesa.

– Como vê o facto de o Estado recorrer ao sector privado?

– Quando há técnicos na Administração Pública com competências para desenvolver o mesmo trabalho, isso indicia uma falta de rigor.

– O que pensa da ligação do Estado aos escritórios de advogados por meio de pareceres?

– Só por si nada há de errado, mas se os valores são inexplicavelmente avultados é preciso questionar quem está a ganhar com isso. ■ P.H.G.



FEDERICO CATARINO

PAGAMENTOS DE ESTUDOS E PARECERES

Ministérios	2004		2005		2006		Total
	Valor pago	Valor pago	Var. 05/04	Valor pago	Var. 06/05	Valor pago	
Ambiente Ord Território Desenvol Regional		12.746.213 €		11.122.707 €	-12,70%	23.868.920 €	
Encargos Gerais Estado	9.662.139 €	4.941.473 €	-48,90%	6.291.494 €	27,30%	20.895.106 €	
Ambiente e Ord Território	13.884.133 €					13.884.133 €	
Defesa Nacional	7030.863 €	3.284.389 €	-53,30%	2.037.829 €	-38,00%	12.353.081 €	
Justiça	2.255.506 €	1.744.746 €	-22,70%	4.425.347 €	141,00%	8.205.739 €	
Finanças e Ad. Pública	2.339.779 €	2.281.510 €	-2,50%	2.399.408 €	5,20%	7.020.697 €	
Obras Públicas Transp. e Comunicações	2.391.566 €	2.143.767 €	-10,40%	1.374.015 €	-35,90%	5.909.397 €	
Cultura	1.303.313 €	2.292.101 €	75,90%	1.775.768 €	-22,50%	5.371.182 €	
Agricultura Des. Rural e Pescas		1.283.040 €		3.263.663 €	154,40%	4.546.703 €	
Educação	1.274.137 €	1.291.708 €	1,40%	1.860.051 €	44,00%	4.425.897 €	
Negócios Estrangeiros	438.888 €	2.926.047 €	566,70%	983.049 €	-66,40%	4.347.984 €	
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior		3.444.250 €		719.599 €	-79,10%	4.163.849 €	
Economia e Inovação		2.259.698 €		1.824.379 €	-19,30%	4.084.077 €	
Administração Interna	1.010.322 €	756.038 €	-25,20%	2.076.702 €	174,70%	3.843.062 €	
Saúde	290.788 €	919.494 €	216,20%	2.326.861 €	153,50%	3.540.743 €	
Actividades Económicas e Trabalho	2.087.310 €					2.087.310 €	
Trabalho e Solidariedade Social		1.269.635 €		601.319 €	-52,60%	1.870.953 €	
Agricultura Pescas e Floresta	1.122.284 €					1.122.284 €	
Ciência Inovação e Ensino Superior	1.120.918 €					1.120.918 €	
Cidades Adm Local Habitação Des Regional	1.063.073 €					1.063.073 €	
Turismo	149.600 €					149.600 €	
Segurança Social Família e Criança	42.117 €					42.117 €	
TOTAL	47.466.735 €	43.584.108 €		43.082.190 €		133.916.825 €	

Fonte: SIGO; Tratamento: equipa de auditoria do TC

Consultores individuais

● Quase metade das entidades contrataram ainda consultores individuais, tendo gasto mais de 660 mil euros em 2006, mas não existindo referência a tabelas. Diz o TC que “um especialista” no gabinete do ministro do Ambiente auferia em termos médios 3600 euros/mês e um “consultor” com avença na Direcção-Geral de Energia auferia 2100 euros/mês. ■

JOÃO MIGUEL RODRIGUES